

gem de que não existe alternativa para fugir da globalização. Os povos dependentes implantarão o modelo econômico transnacional global sem outra escolha. Evidente que contra essa ameaça se levanta a proposta de mobilização social através das redes.

O desenvolvimento do argumento sobre a dureza do mundo globalizado, ainda que não definitivamente estabelecida uma definição para o termo, se beneficia das contribuições de Petras (2000), Amin (2001) e da pensadora brasileira Druck (1999). Com eles é possível retomar as políticas de globalização como fato imperialista, além de reconhecer nos órgãos multilaterais – FMI, Banco Mundial, entre outros – instrumentos de execução da política neoliberal consensual para a drenagem de recursos que deixam de ser investidos em desenvolvimento social.

A argumentação desenvolvida sobre a degradação humana e ambiental imposta pelo modelo imperialista global conduz à proposta da formação das redes sociais com características inovadoras no tecido político moderno. São marcantes as afirmativas sobre as características das redes: policêntricas, flexíveis e difusas, ultrapassando os limites dos estados. As vantagens táticas de inúmeras formas de ação completam a definição do instrumento de crescimento dos enlances entre pessoas e organizações sem um comitê diretivo com função de representação ou comando.

Esta proposta permite, segundo os autores, agregar diferentes ordens de motivação, desde a política até a religiosa, para a confluência dos valores humanos que negam a dominação imposta pelo modelo globalizado neoliberal. Realiza-se o "nivelamento 'por cima' de direitos humanos, ambientais e sociais".

Um exemplo prático no Brasil é a unificação dos movimentos pela saúde dos trabalhadores e o movimento pelo desenvolvimento sustentável, produção mais limpa e preservação ambiental. As características das redes em nascimento a partir de fins do século 20 se beneficiam diretamente desta proposta. Um fato novo é a realização de congressos em que representantes populares, sindicais e acadêmicos se reúnem para debater temas de segurança no trabalho, produção e ambiente, tal como ocorreu em Salvador, no ano de 2002.

O importante nessa analogia é que é possível utilizá-la para dar forma e ação a conceitos que estão compartimentalizados em categorias estanques da análise social e da ação política.

A liberdade de cada componente é a base para que a aglutinação de distintas compreensões não encontre obstáculos para a ação coletiva naquilo que pode resumir seu consenso mínimo. Esse estado de concordância básica permitiria agir segundo regras de sobrevivência que não distinguem na essência os desejos de populações, trabalhadores, ambientalistas e políticos.

Neste ponto, a afirmativa de que *está surgindo um novo "super" poder global que crescentemente demonstra sua capacidade e força para propor alternativas de paz, desenvolvimento, e democracia em todo o mundo* soa inevitavelmente como nova utopia. Toda utopia existe para ser contestada pelos que pensam sua essência. No entanto, existe para função idílica dos que sonham um mundo novo através dos tempos, e se permitem, através de palavras, expressar o desejo do bem não atingido. À guisa de conclusão sobre as possibilidades deste debate, diríamos que em um mundo carente de utopias e dos que **a defendam**, não cabe a destruição pelo dogma.

#### Nota

Todos os autores citados estão nas referências do artigo comentado.

---

**Globalização dos movimentos sociais:  
a resposta social à Globalização  
Corporativa Neoliberal**  
Social movement globalization:  
the social response to Corporate  
Neoliberal Globalization

*Guilherme Franco Netto*<sup>1</sup>

A tese central do artigo "A globalização dos movimentos sociais: resposta social à Globalização Corporativa Neoliberal", de autoria de Carlos Eduardo Siqueira, Hermano Castro e Tânia Araújo, é que, em resposta aos diversos impactos negativos da Globalização Corporativa Neoliberal, apresentada como o modelo hegemônico do capitalismo no final do século 20, os movimentos sociais internacionais têm tec-

---

<sup>1</sup> Funasa.  
guilherme.netto@funasa.gov.br

do uma nova forma de luta, por meio da construção de redes, que coordenam e conduzem as suas ações via internet.

A Globalização Corporativa Neoliberal é caracterizada, de acordo com a revisão bibliográfica realizada pelos autores, como uma forma particular de capitalismo, onde, a partir do Consenso de Washington, a tese do Estado de Bem-Estar Social foi abandonada pelos países do Primeiro Mundo e pelos organismos financiadores internacionais, apresentando-se como alternativa um conjunto de princípios de reordenamento do mercado, caracterizado pela necessidade de estabilização das economias e do controle inflacionário; reformas estruturais do Estado, incluindo a sua redução e a privatização; e abertura da economia. A isso, soma-se uma nova onda de aprimoramento tecnológico, tendo como base a microeletrônica e o microprocessamento, determinando profundos impactos, principalmente nas áreas de informação, transporte e telecomunicações, possibilitando a automação e a flexibilização da produção, facilitando, por seu turno, a intensificação da concentração global do poder e do capital.

Os autores evidenciam que este modelo foi aplicado em quase toda a América Latina e África, e em menor grau na Ásia, gerando diversos impactos negativos no ambiente, na economia, na vida social e na saúde. Interessante observar que considerando a relação dos “indicadores” negativos apresentados pelos autores: poluição ambiental; expansão da pobreza e da desigualdade; enfraquecimento das relações trabalhistas; ciranda especulativa do mercado financeiro; e, erosão da democracia, a deterioração de alguns destes foi extremamente evidente em nosso país ao longo das últimas duas décadas. Entretanto, vale destacar que alguns outros graves problemas mundiais, embora não citados pelos autores, devam ser considerados como resultantes da Globalização Corporativa Neoliberal, em particular a violência social urbana, que no Brasil, como exemplo, é responsável por grande parte da mortalidade, principalmente entre homens jovens.

Como resposta a esse estado de coisas, os autores apresentam uma breve discussão sobre as bases filosóficas e teóricas que explicam a “construção” das redes mundiais de movimentos sociais antiglobalização, que são redes anti-hegemônicas à Globalização Corporativa Neoliberal, que coordenam e conduzem ações via internet. Citam como exemplos de êxito desta forma de ação o Fórum Social Mundial, nas

suas três versões – cujo lema é “Um outro mundo é possível” – bem como o que se caracterizou como a Revolta dos Zapatistas e a Batalha de Seattle.

Identificam que essas redes têm algumas características comuns, tais como a organização policêntrica; flexibilidade, fluidez e autonomia – *aqui também incluiria a volatilidade, uma vez que podem ser fenômenos temporais, não necessariamente contínuos*; táticas foquistas; desafiadoras de limites geopolíticos e de legalidade; e apresentam tipologias variadas. São também discutidos potenciais mecanismos de avaliação dessas redes.

Ao indagar a natureza dessas redes, ou seja, a favor do que elas se mobilizam, os autores apresentam alguns princípios ou eixos agregadores, os quais aqui estão parcialmente modificados: 1) direitos humanos, ambientais e sociais; 2) fortalecimento da democracia representativa e participativa; 3) equidade (por uma nova ordem econômica internacional); 4) sustentabilidade socioecológica; 5) prosperidade como resultado da satisfação das necessidades humanas e ambientais, e 6) controle da especulação e da ganância do capital.

Carlos Eduardo Siqueira, Hermano Castro e Tânia Araújo concluem o artigo destacando que a humanidade caminhará nas próximas décadas dependendo do resultado do embate entre esses dois grandes blocos de força, a Globalização Corporativa Neoliberal e as Redes Mundiais de Movimentos Sociais Anti-Globalização. Entretanto, também afirmam que, acerca do Fórum Social Mundial, *ainda é cedo, no entanto, para avaliar até que ponto esta praça (o Fórum Social Mundial) permitirá a construção de plataformas comuns de luta e unidade entre setores sociais e grupos políticos com propostas político-ideológicas distintas e muitas vezes divergentes*.

Considero o artigo sob debate uma excelente oportunidade para que os leitores de *Ciência & Saúde Coletiva* possamos identificar subsídios para compreender o contexto no qual essas redes estão sendo germinadas e construídas, bem como investigar suas naturezas e objetivos.

Por fim, o artigo suscitou-me a curiosidade de refletir se, no processo de construção, consolidação e ampliação da reforma sanitária brasileira, temos, de alguma forma, construído vínculo com essas redes. Se sim, onde e como? Se não, por quê?